

# COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO

17ª Reunião Extraordinária 19 de Outubro de 2021 às 14:30 horas no Ambiente Virtual.

**Presidente: Deputado Gilmaci Santos**

Item	Proposição	Autor	OBJETO	Relator	Voto	Vista
1	Projeto de lei 161/2015	Deputado Carlos Giannazi	Revoga trechos da Lei 13.549, de 2009, que declara em regime de extinção a Carteira de Previdência dos Advogados de São Paulo.	Deputado Enio Tatto	contrário	
2	Projeto de lei 1044/2017	Deputada Beth Sahão	Dispõe sobre a composição mínima de 50% de mulheres nos Conselhos Estaduais.	Deputada Dra. Damaris Moura	favorável ao projeto e à emenda proposta pela CDD	
3	Projeto de lei 131/2018	Deputada Leci Brandão	Autoriza o Poder Executivo a isentar do pagamento de pedágio os proprietários de veículos automotores portadores de deficiência renal que precisam se deslocar para outro município a fim de se submeterem ao tratamento de hemodiálise.	Deputada Dra. Damaris Moura	favorável	
4	Projeto de lei 145/2018	Deputado Caio França	Dispõe sobre veículos automotores com condições de uso que forem apreendidos, removidos ou depositados em pátios de retenção públicos, com identificação, desde que não reclamados dentro do prazo de trinta dias, contados da data do recolhimento, poderão ser requisitados pelas autoridades policiais em caráter transitório para fins de investigação policial.	Deputado Enio Tatto	favorável	

5	Projeto de lei 596/2018	Deputado Delegado Olim	Obriga agências bancárias, cooperativas de crédito, empresas de crédito, casas lotéricas e agências dos Correios a manter vigilância armada durante todo o horário de atendimento ao público.	Deputado Alex de Madureira	favorável ao projeto na forma do substitutivo ora apresentado	E.G., R.E.
6	Projeto de lei 26/2019	Deputado Dr. Itamar	Autoriza o Poder Executivo a disponibilizar, com prioridade, aeronaves do Governo do Estado e da Polícia Militar para o transporte de equipes de captação de órgãos para transplantes.	Deputada Dra. Damaris Moura	favorável	
7	Projeto de lei 297/2019	Deputado Delegado Olim	Determina a inserção, nas placas de atendimento prioritário, dos símbolos ou da descrição das deficiências física, auditiva, visual, mental, múltipla, Síndrome de Down, Transtorno do Espectro Autista e com mobilidade reduzida nos estabelecimentos públicos e privados do Estado.	Deputado Adalberto Freitas	favorável	
8	Projeto de lei 374/2019	Deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor	Obriga as seguradoras de veículos automotivos a publicar em seus sites, periodicamente, a lista dos veículos excluídos de sua cobertura.	Deputado Enio Tatto	favorável	
9	Projeto de lei 432/2019	Deputado Roberto Engler	Institui o "Mês Abril Azul", dedicado a ações de conscientização sobre o autismo.	Deputado Adalberto Freitas	favorável	
10	Projeto de lei 536/2019	Deputada Carla Morando	Estabelece diretrizes para regulamentação da atividade do serviço remunerado de entregas, por meio de aplicativos ou outras plataformas virtuais de rede.	Deputada Dra. Damaris Moura	favorável	D.D.M., E.T.
11	Projeto de lei 750/2019	Deputado Ataíde Teruel	Autoriza o Poder Executivo a conceder isenção do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços - ICMS a setores econômicos específicos.	Deputado Marcio da Farmácia	favorável ao projeto na forma do substitutivo apresentado pela CCJR	
12	Projeto de lei 781/2019	Deputada Valeria Bolsonaro	Institui o "Mês de Imunização" na rede de ensino no Estado.	Deputado Adalberto Freitas	favorável	

13	Projeto de lei 909/2019	Deputado Rafa Zimbaldi	Institui a Campanha Educativa Cerol Mata.	Deputada Dra. Damaris Moura	favorável ao projeto na forma do substitutivo apresentado pela CAPRT e contrário ao substitutivo apresentado pela CCJR	E.T.
14	Projeto de lei 991/2019	Deputado Sergio Victor	Altera a Lei nº 10.705, de 28 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a instituição do Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD.	Deputado Enio Tatto	favorável	D.D.M., R.E.
15	Projeto de lei 1059/2019	Deputado Rodrigo Gambale	Obriga os órgãos públicos competentes a manter campanha publicitária permanente de orientação para os motociclistas no âmbito do Estado.	Deputado Adalberto Freitas	favorável	
16	Projeto de lei 137/2020	Deputada Janaina Paschoal	Torna obrigatória a presença de profissional fisioterapeuta nas Unidades de Terapia Intensiva - UTIs, adulto e pediátrico.	Deputado Adalberto Freitas	favorável ao projeto e à emenda da CS	
17	Processo 5215/2019	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Of. C.ECR 1184/2019 - TC-23235/026/12 e TC-34697/026/12 - Julgou irregulares os termos de aditamento, a rescisão unilateral e a execução do contrato celebrado entre a Secretaria da Segurança Pública - Polícia Militar do Estado de São Paulo - Comando de Policiamento do Interior - Seis (CPI-6), e a empresa RM Queiroz Construções Ltda.	Deputado Marcio da Farmácia	que concorda com a decisão do TCE, considerando irregulares os Termos de Aditamento de 8/6/10 e de 12/8/10, a Rescisão Unilateral e a Execução do contrato. Solicita envio de ofícios à PGE e ao MP, com cópia deste parecer para adoção das medidas cabíveis, com posterior arquivamento dos autos.	
18	Processo 5216/2019	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Of. C.ECR 1105/2019 - TC-41780/026/08 - Julgou irregulares os termos de retratificação e o termo de ajuste final, celebrados entre o Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE, e a empresa DP Barros Arquitetura e Construções Ltda.	Deputado Marcio da Farmácia	que concorda com a decisão do TCE e solicita envio de ofícios à PGE e ao MP, com cópia deste parecer, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidades, com posterior arquivamento dos autos	

19	Processo 9016/2019	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Of. CG.C.DER. 2265/2019 - TC-03635/026/11 - Julgou irregulares o convênio, os termos aditivos e os termos de retificação, bem como ilegais os respectivos atos determinados das despesas decorrentes, celebrados entre a Secretaria de Estado da Saúde e a Associação Beneficente Jesus, José e Maria.	Deputado Marcio da Farmácia	que concorda com a decisão do TCE e, uma vez que o contrato se encontra exaurido, solicita envio de ofícios com cópia deste parecer à Secretaria Estadual de Saúde requerendo-lhe informações acerca das medidas adotadas pelo órgão quanto ao planejamento e responsabilidade na gestão dos repasses efetuados; à PGE e; ao MP, para adoção das medidas cabíveis, com posterior arquivamento dos autos.	
----	--------------------	---	--	-----------------------------	--	--

Para Ciência

- Ofício 403/21 da Deputada Márcia Lia encaminhando solicitações de diversas sugestões para inclusão no Orçamento 2022, relativas à cidade de Araraquara.